

ASPECTOS DA CONVERSAÇÃO BILÍNGÜE REINTERPRETADOS A PARTIR DO PRINCÍPIO DA RELEVÂNCIA

Isabella MOZZILLO
Universidade Federal de Pelotas

RESUMO

A Teoria da Relevância de Sperber & Wilson (1986, 1995) postula que, durante toda conversação, os sujeitos orientam sua capacidade interpretativa para obter o resultado mais interessante na interpretação linguístico-pragmática com o menor esforço de processamento. Neste artigo, analiso e redimensiono fenômenos da conversação bilíngüe dentro desse marco teórico.

ABSTRACT

Sperber & Wilson's Relevance Theory (1986, 1995) postulates that, following the principle of relevance, individuals interact by orientating their interpretative capacity in order to obtain the most interesting result as regards linguistic-pragmatic interpretation with very little processing effort. In this paper bilingual conversation phenomena are analysed and restructured within such theoretical framework.

PALAVRAS-CHAVE

Teoria da Relevância, bilingüismo, conversação bilíngüe, code-switching, interlíngua.

KEY-WORDS

Relevance Theory, bilingualism, bilingual conversation, code-switching, interlanguage.

Introdução

O presente trabalho¹ pretende apresentar mais um espaço de estudo para a Teoria da Relevância² de Sperber & Wilson (1986, 1995), além de contribuir para a elucidação de aspectos de um modo específico de comunicação: a conversação bilíngüe.

Tal conjunção é justificável tendo em vista, tanto os inumeráveis aportes que a TR tem trazido ao tema da significação na comunicação em linguagem natural, como o grande interesse que têm merecido na atualidade os fenômenos presentes exclusivamente na conversação entre falantes bilíngües.

No relativo à TR, o construto em pauta propõe um modelo para processar informações que leva em conta o modo inferencial não-demonstrativo da compreensão e segundo o qual a comunicação verbal existe no momento em que os sujeitos realizam inferências de maneira espontânea sem o intuito de provar nada.

A TR apresenta-se, assim, como um modelo ostensivo-inferencial de comunicação humana, o que a torna um dispositivo teórico útil para diversos tipos de análise, porque está centralizada sobre o processo inferencial não-demonstrativo e não-trivial dirigido pela noção de relevância. Através do princípio da relevância, os sujeitos durante a conversação orientam sua capacidade interpretativa para que, com o mínimo esforço de processamento, consigam o resultado mais interessante possível em termos de interpretação.

No referente à conversação bilíngüe, por sua vez, as descrições não costumam dar conta da forma através da qual os participantes raciocinam quando se deparam com a alternância de uma língua para a outra. Acredito que tal tipo de conversação implica um aumento de significado introduzido pela útil alternância lingüística e que o uso de mais de um idioma durante a conversação implica a existência de mais informação do que aquela que apenas está sendo interpretada no nível do dito. Se apenas decodificar o que foi explicitado fosse suficiente, não haveria motivo para que os bilíngües empregassem consistentemente ambas as línguas que dominam em variado grau durante o mesmo ato comunicativo.

Dessa forma, o ouvinte bilíngüe despende maior esforço de processamento ao ter que interpretar um enunciado mais complexo, pois que composto de mais de um idioma, mas tal aumento no custo justifica-se pela maior quantidade de efeitos contextuais que poderá captar durante tal tipo de comunicação. É nesse sentido que a noção de relevância ajuda a descrever e a explicar a questão sob exame.

Além disso, pretendo contribuir com mais uma evidência de que a aplicação da idéia de baixo custo e alto benefício – defendida pelos autores da teoria em questão – pode ser realmente capaz de explicar vários fatos ocorridos na comunicação em linguagem natural. Para tal, emprego suas idéias a respeito do modelo inferencial de comunicação, do ambiente cognitivo e da manifestabilidade mútua, da inferência e da relevância propriamente ditas, além do uso descritivo e interpretativo da linguagem.

Ilustro os conceitos que me interessam da TR com os próprios exemplos – adaptados à conversação bilíngüe – da obra principal em análise, qual seja, SPERBER, Dan & WILSON, Deirdre. *Relevance: Communication and Cognition*. Cambridge: Harvard University Press, 1986, conjugada ao posfácio à sua segunda edição, publicada em 1995.

Além disso, utilizo vinhetas de trechos de conversação entre falantes bilíngües do par de idiomas espanhol-português retirados de corpus real, resultante de gravações para a pesquisa empírica realizada para fins de minha dissertação de mestrado. Há, igualmente, trechos de conversações ocorridas em sala de aula de francês como língua estrangeira gravadas no Curso de Letras da UFPEL, bem como excertos de aulas particulares de português para falantes de espanhol ministradas por mim.

Emprego, outrossim, vinhetas prototípicas de conversação bilíngüe de minha própria criação a exemplo dos diálogos presentes em *Relevance* e em obras posteriores dos autores. Tais vinhetas têm por objetivo precípuo demonstrar as virtuais variações que poderiam ocorrer nos casos em que se acatem ou em que, justamente, não se acatem as alternâncias durante os diálogos.

1. A Teoria da Relevância e a conversção bilíngue

É importante salientar que Sperber & Wilson³ não concebem o processo de comunicação oral como sendo aquele em que os falantes codificam pensamentos em linguagem, articulando-os, produzindo sons e ondas que são detectadas pelo aparelho auditivo dos ouvintes os quais, por sua parte, decodificam os sons segundo seu sistema lingüístico, colocando-os ao lado de significados, e resultando na recuperação do pensamento dos falantes.

A comunicação verbal não é uma questão de simples decodificação, envolve o componente inferencial, que é necessário porque o significado conferido pelo falante ultrapassa o meramente dito. A intenção do falante em relação ao ouvinte deverá ser inferida, já que não existe correspondência perfeita entre o que se ouve e o que se quis comunicar.

Os autores apontam a necessidade de uma teoria da comunicação mais ampla do que uma teoria apenas lingüística. Como alternativa, eles propõem a TR, um modelo inferencial que tem como condição básica o princípio da relevância e cujo objeto é a comunicação humana, que é uma troca de coisas vagas, de dúvidas. A relevância dependerá, não apenas desses efeitos, como também do esforço de processamento empregado para atingi-los. É nesse jogo de equilíbrio entre esforço e efeito que acontece a comunicação humana, a qual se orienta irreversivelmente pelo princípio da relevância.

Através do estipulado pela TR, tem-se a possibilidade de analisar o modo pelo qual o ouvinte bilíngue identifica a intenção comunicativa do falante no momento em que este produz um enunciado em interlíngua ou realiza um *code-switching*⁴, o que os faz interagir em um processo comunicativo altamente dependente de inferências.

Tendo em vista o fato de que a teoria em questão pretende ter potencialidade explicativa para dar conta de uma ampla gama de fenômenos ou problemas relacionados à comunicação, apresento exemplos apresentados nesse modelo com fenômenos típicos da conversção entre bilíngues que compartilham o mesmo par de línguas: o *code-switching*⁵ e a interlíngua.

Considerando-se que tais fenômenos encontram-se presentes em praticamente qualquer conversação levada a cabo por falantes do mesmo par de idiomas, é perfeitamente possível que a alternância ocorra de acordo com os princípios descritos pela TR e que o falante opte por um ou outro de maneira a tornar a sua informação o mais relevante possível. Assim, o que permite ao ouvinte fazer inferências a respeito do que foi comunicado é, justamente, aquilo implicado pela súbita troca de língua, pelo abandono da língua de base, pela inserção de unidades ou de segmentos, pela alternância a cada novo turno ou após longos enunciados⁶.

O impacto sofrido ao ouvir os enunciados na outra língua o faz inferir que algo a mais está sendo comunicado. O mero fato de mudar de língua abruptamente, modificando as características formais da conversação, é suficiente para autorizar a inferência de que há algum elemento adicional.

Gumperz (1970) afirma que a alternância está a serviço de fins claramente comunicativos e que os bilíngües não trocam de um sistema para o outro de maneira radical mas que, pelo contrário, na maioria das vezes, se apóiam, ainda que inconscientemente, na coexistência de formas lingüísticas alternadas com o objetivo de criar significados específicos.

É importante ressaltar que não estou abordando a multiplicidade de aspectos que poderiam ser tratados dentro do tema do bilingüismo em geral e da conversação bilíngüe em particular. Limito-me a examinar a conexão existente entre a alternância de uma língua para outra durante interações entre falantes bilíngües que reconheçam compartilhar o mesmo par de idiomas e o princípio da relevância.

2. O modelo inferencial na comunicação bilíngüe

A descrição da comunicação em termos de intenções e de inferências leva em conta o falante que pretende que o ouvinte reconheça sua intenção de informar algo e o ouvinte que tenta reconhecer o

que lhe foi informado. A idéia de que a comunicação explora a habilidade humana de atribuir intenções aos outros pode ser confirmada com o exemplo seguinte, diálogo entre dois bilíngües que costumam falar tanto em português⁷ como em espanhol entre si:

- (1) Pedro: ¿Querés que te ayude? ¿Necesitás algo?
 Maria: Mmm, no.
 Pedro: ¿Estás segura? ¿No querés que te dé ideas?
 Maria: **Quero trabalhar.**

Para que se compreenda o sentido de (1), deve-se considerar a existência de duas possibilidades interpretativas baseadas no contexto da comunicação: ou Maria quer ajuda ou, pelo contrário, não a deseja. No primeiro caso, ela poderia estar pedindo a Pedro idéias para o trabalho que está fazendo e, no segundo caso, poderia, justamente, estar dizendo a Pedro que não quer sua ajuda. Tais interpretações não derivam apenas do *output* da decodificação lingüística. As implicaturas são comunicadas pela evidência do fato de que o falante pretendeu fornecê-las.

Uma análise restrita apenas ao nível do que foi propriamente dito não explica a razão pela qual Maria alternou de língua durante a conversação. Assim, é necessário que Pedro realize um processo de raciocínio para conseguir captar o que lhe foi realmente comunicado. O fato de que haja havido uma alternância lingüística não foi aleatório: se Maria tivesse respondido em espanhol, a resposta teria sido sentida como mais branda do que foi na realidade. Assim, seria explicável uma continuação do seguinte tipo:

- (2) Pedro: ¿Querés que te ayude? ¿Necesitás algo?
 Maria: Mmm, no.
 Pedro: ¿Estás segura? ¿No querés que te dé ideas?
 Maria: Quiero trabajar.
 Pedro: Pero cualquier cosa llamame, estoy acá.

O emprego do *code-switching* obteve efeito cognitivo relevante e Pedro, tendo compreendido a recusa de Maria, não seguiu tentando, o que se vê por sua resposta na mesma língua para a qual Maria alternou:

(3) Maria: **Quero trabalhar.**

Pedro: **Já entendi, não incomodo mais.**

Wilson & Sperber (1993) reafirmam que a decodificação não é a única fonte de *input* para a compreensão inferencial. Exemplificam tal afirmação com o caso de Pedro que percebe o sotaque estrangeiro de Maria e, imediatamente, toma uma decisão a respeito do local de onde ela é oriunda: a Escócia.

Tal informação não está codificada no enunciado da pessoa estrangeira, que não precisa estar se referindo a nada que seja específico da Escócia. Contudo, o nativo pode observar o fato e derivar inferências que interagem com as informações linguisticamente codificadas. Pedro chega à conclusão de que Maria é escocesa, mas não o faz a partir do dito concretamente, nem tampouco a partir de roupas típicas que ela esteja usando nem do uísque que ela possa estar bebendo.

No caso específico de uma interação entre um nativo e um não-nativo que detenha um nível alto de interlíngua, que se aproxime bastante da língua que não é a sua mas na qual estejam conversando, é possível que se derivem inferências a partir de aspectos não diretamente associados a elementos linguísticos. Veja-se a situação seguinte em que um brasileiro com alto nível de espanhol como interlíngua conversa na Argentina com um nativo.

(4) Não-nativo: ¿Viste lo que pasó ayer acá en Buenos Aires?

Nativo: ¿A qué te estás refiriendo?

Não-nativo: La bolsa de valores cerró en baja.

Nativo: Ay, bueno, chocolate por la noticia.

Não-nativo: ¿Cómo chocolate?

Nativo: No sos argentino, ¿no?

Não-nativo: Soy de Brasil. ¿Cómo te diste cuenta?

Embora o não-nativo não tenha cometido nenhum desvio à norma do espanhol, e possa inclusive ser um bilíngüe altamente equilibrado, algo em seu comportamento fez com que o nativo inferisse que ele não pertence à cultura sobre a qual estão tratando. O hiato existente entre o que foi falado e o que foi compreendido só é possível de ser preenchido através de inferências. Se ele não conhece a expressão “chocolate por la noticia” para significar “é como sempre, eu já sabia”, certamente não pode ser oriundo do Rio da Prata.

A interpretação de enunciados, segundo Wilson (1994), não é apenas uma questão de decodificação mas sim um processo falível de formação e de avaliação de hipóteses. Não há, portanto, nenhuma garantia de que a interpretação que satisfaz a expectativa de relevância do ouvinte seja aquela pretendida pelo falante. Erros na compreensão podem ocorrer, especialmente no caso de falantes que não pertençam à mesma cultura.

3. O ambiente cognitivo e a manifestabilidade mútua entre bilíngües

As pessoas fazem representações diferentes sobre a realidade que as cerca. Tais representações, os ambientes cognitivos, são criadas através da adição de novos fatos e suposições que são manifestos para o indivíduo. Durante o processo da comunicação não se tem certeza absoluta do que é mutuamente manifesto entre falante e ouvinte. Os participantes precisam descobrir as características do ambiente cognitivo uns dos outros. Exemplo disso é o diálogo em (5) levado a cabo por dois bilíngües português /espanhol, sendo que A é brasileiro e B é argentino:

(5) B: Hoje à noite tem jogo de futebol.

A: Queres que o Brasil ganhe o jogo?

B: **Soy argentino.**

A: Já vi tudo então!

A partir da resposta de B na língua que não estava sendo empregada na conversação, é permitido a A realizar as suposições ou implicaturas seguintes:

- (6) (a) Brasil e Argentina são tradicionais adversários no futebol.
- (b) Ser argentino significa ser adversário do Brasil.
- (c) Argentinos não torcem pelo Brasil.
- (d) B não torcerá pelo Brasil.

Observe-se, por outro lado, o diálogo em (7):

- (7) B: Hoje à noite tem jogo de futebol.
- A: Queres que o Brasil ganhe o jogo?
- B: Sou argentino.
- A: E daí?

Embora sendo possível derivar as mesmas inferências de (6) a partir de (7), se a resposta tivesse sido pronunciada em português, língua de A, já se perceberia algum tipo de relação afetiva que permitiria inferir alguma possibilidade de que viesse a torcer pelo Brasil, país onde mora. Por isso, a reação de A deixa em aberto a questão. Vê-se que a alternância de língua em (5) permitiu inferir mais fortemente que B não torcerá definitivamente pelo Brasil em nenhuma circunstância.

Como a comunicação pretende alterar os ambientes cognitivos de falantes e ouvintes, o contexto necessário para isso é o conjunto de premissas cujo objetivo é o de interpretar enunciados. A noção de implicatura desdobra-se em premissas e conclusões implicadas que não precisam partir do que foi dito.

Seria possível, por exemplo, que B quisesse fazer com que A pensasse que gosta de comer carne por ser argentino. Não é provável, contudo, já que isso não deriva fortemente do enunciado nesse contexto de futebol. Essa suposição não deverá ter sido pretendida por B, o que não a faz mutuamente manifesta para ambos.

Além disso, o caráter indireto da resposta permite que A acesse em sua memória enciclopédica várias informações sobre B, que formariam parte de um cálculo dedutivo para concluir, por exemplo, (8 b) e (8 d), o que não teria ocorrido se ele tivesse dito simplesmente “Não”.

- (8) (a) Argentinos são muito patriotas. (premissa implicada)
- (b) B é muito patriota. (conclusão implicada)
- (c) Argentinos gostam de futebol. (premissa implicada)
- (d) B gosta de futebol. (conclusão implicada)

Assim, nos moldes de Silveira & Feltes (1997), conclui-se que existem três tipos de suposições, a saber:

- (a) as fortemente implicadas, claramente pretendidas por B e necessariamente recuperadas por A, como em (6 a-d);
- (b) as fracamente implicadas, menos pretendidas por B, muito mais da responsabilidade de A em acessá-las como em (8 a-d);
- (c) e as não comunicadas através do enunciado por não serem mutuamente manifestas para A e para B, como no caso de gostar de comer carne.

4. A comunicação ostensivo-inferencial em mais de um sistema lingüístico

O que distingue a comunicação ostensiva de outras formas de comunicação não-intencional é o fato de o ouvinte atuar no reconhecimento da intenção informativa do falante. Isso cria a presunção de relevância, o que significa que, de todas as hipóteses acessíveis sobre a intenção informativa do falante, o ouvinte aceitará a primeira que seja consistente com o princípio da relevância. Tendo reconhecido a intenção informativa do falante, o ouvinte estará autorizado a tratá-la não apenas como manifesta mas como mutuamente manifesta.

Em (9) Pedro e Maria, bilíngües, discutem em português até o momento em que ocorre a alternância para o espanhol. Maria, primeiramente triste, passa a estar furiosa após a insistência de Pedro:

(9) Pedro: Podes me ajudar?

Maria: (tristemente) Não posso.

Pedro: Por quê?

Maria: (tristemente) Já te disse que não posso, não me perguntes mais nada.

Pedro: Mas preciso entender!

Maria: (tristemente) Não posso!

Pedro: (ironicamente) **¿No me podés decir por qué no?**

Maria: (furiosamente) **¡No seas desagradable! ¡Conocés muy bien mis razones!**

Acatar a alternância de língua demonstra que Maria não parará na primeira interpretação, que seria a de responder literalmente o porquê. Seguirá interpretando até atingir o ponto relevante: se Pedro alternou de língua e de tom de voz, deve ter sido para significar algo mais, o escárnio. Nota-se que Maria acata a alternância mas responde furiosamente, o que significa que entendeu que Pedro quis lhe comunicar o descaso. Supondo-se um contexto em que Maria tenha um namorado argentino para quem pretende conseguir um cargo, fato mutuamente manifesto para os falantes, fica mais fácil interpretar a alternância de Pedro.

O fato contrário, o de não acatar a alternância do interlocutor, pode também ser relevante em si mesmo. Imagine-se um caso em que alguns dos falantes mudem de língua durante a conversação enquanto outro, sabidamente bilíngüe, permaneça sempre com a mesma língua.

(10) A: Estou precisando de um professor de espanhol.

B: É mesmo? Vais contratar outro para trabalhar contigo?

A: Preciso de alguém que me ajude dando aulas.

B: Que coincidência! Nosso amigo aqui certamente serve para o cargo.

C: Que beleza! **¿Te parece que me podría presentar yo?**

B: **Claro, presentate vos, ¿por qué no? ¡Seguro que te trata!**

A: A entrevista vai ser na segunda-feira que vem.

C: ¡Qué suerte!

B: ¡Preparate para empezar a dar clases a partir de la semana que viene!

A: Além da entrevista, haverá uma prova escrita.

C: Perfecto. ¿A qué hora?

A: Às nove da manhã.

B: Que antipatia!

Ainda que o falante A costume também usar o *code-switching* com relativa frequência quando fala com B, também falante de português e de espanhol, não deixa de falar em português nem por um momento durante esta conversação em particular. A motivação para que C tenha alternado de código lingüístico é o assunto no qual começa a se engajar, o de professores de espanhol. B infere corretamente que C está se oferecendo para o cargo para o qual precisa demonstrar competência, motivo que o impele a mostrar que fala bem a língua que pretende ensinar.

Assim, tanto B como C poderão inferir que uma razão forte impediu A de passar a falar a língua que todos dominam e da qual estavam tratando indiretamente. É possível que A não tenha querido fazer crer a C que lhe daria o emprego sem antes entrevistá-lo ou é também possível que tenha querido ser suficientemente seco para que C pressinta que não obterá o emprego. A relevância do que se quer comunicar reside justamente em não alternar de língua durante uma interação que, normalmente, deveria ocorrer em mais de um sistema. Esse fato é o que permite que B considere a atitude de A como sendo antipática.

Pinker (1994) constrói um exemplo no mesmo sentido quando cita Grice e Sperber afirmando que o falante sempre comunica algo ao ouvinte com a garantia de que a informação será relevante. Assim, tal informação deverá ser nova e estar suficientemente conectada ao que o ouvinte estiver pensando para que ele possa derivar novas conclusões com pouco esforço de processamento.

O clássico exemplo é o da carta de recomendação em que o comunicador opta por eliminar o conteúdo literal do que está dizendo de forma deliberada, com o objetivo de obrigar o leitor a fazer inferências para restaurar a relevância do que foi comunicado. Um colega recomenda outro a um terceiro sem descrever nenhuma característica que realmente interessaria para o preenchimento de um cargo vago. Embora não haja afirmações negativas a respeito da pessoa que postula o emprego, o leitor fica autorizado a inferir que não deve dar-lhe o cargo.

Isso ocorre porque o leitor tem a suposição tácita de que o ato comunicativo como um todo é relevante, ainda que o conteúdo da carta não o seja, o que lhe permite inferir uma premissa que, juntamente com essa carta, faz o ato ser relevante: o comunicador, apesar de gentil com o postulante, não tem nenhuma informação positiva relevante para dar sobre ele.

Na conversação entre bilíngües o mesmo fenômeno pode acontecer, como foi visto em (10). A relevância do que se quer comunicar reside justamente em não alternar de língua durante uma interação que, normalmente, deveria ocorrer em mais de um sistema. Esse fato é o que permite que B considere a atitude de A como sendo antipática.

Para obter o mesmo efeito alternando para o espanhol, A deveria explicitar a dúvida quanto à futura contratação de C, o que não quis fazer de modo direto.

Veja-se como poderia ter sido o diálogo:

(11) A: Preciso de alguém que me ajude dando aulas.

B: Que coincidência! Nosso amigo aqui certamente serve para o cargo.

C: Que beleza! **¿Te parece que me podría presentar yo?**

B: **Claro, presentate vos, ¿por qué no? ¡Seguro que te contrata!**

A: **Pero habrá una entrevista el lunes.**

C: **¡Qué suerte!**

B: **¡Preparate para empezar a dar clases a partir de la sema-**

na que viene!

A: Pero aparte habrá prueba escrita.

C: Perfecto. ¿A qué hora?

A: A las nueve. Habrá también otros candidatos.

Tendo acatado a alternância de idioma, A precisa lançar mão de outros recursos para comunicar o mesmo que em (10). Precisa acrescentar o “mas” em duas oportunidades distintas: quando diz claramente que não é certo que C será contratado porque haverá entrevista e quando precisa repetir esta idéia dizendo que haverá também prova escrita. Além disso, afirma de maneira explícita, na última réplica, que C deverá concorrer com outras pessoas interessadas no emprego.

5. A inferência e a conversação bilíngüe

A operação básica do dispositivo dedutivo, de acordo com a abordagem de Sperber & Wilson, é a seguinte: suposições (representações conceituais estruturadas) que se formam com base na percepção, na decodificação lingüística, a partir da memória enciclopédica ou como resultado de deduções anteriores são usadas como premissas na dedução de novas suposições. Tal dispositivo contém apenas regras de eliminação e não contém regras de introdução, significando que somente opera com o que foi dado sem poder introduzir proposições desconectadas, o que alguns sistemas lógicos podem fazer.

O dispositivo atua sobre as suposições que lhe são apresentadas organizando um arquivo na memória mediante a leitura de cada uma, através do acesso às entradas lógicas de cada conceito que forma cada suposição, mediante a aplicação de alguma regra dedutiva cuja descrição estrutural seja satisfeita por tal suposição, e, por último, através da fixação da suposição resultante na memória sob a forma de uma tese derivada.

O objetivo desse processo dedutivo é melhorar a representação de mundo do indivíduo, por isso, se o *output* do dispositivo for uma

tese que repita algo já conhecido, não haverá conseqüências, nenhum efeito contextual. Se, por outro lado, a tese derivada for completamente desconectada de algo já assumido, tampouco haverá efeitos contextuais. Mas, se uma nova informação relevante for derivada, e acrescentar ou fortalecer as suposições existentes, ou se contradisser alguma suposição prévia, haverá efeitos contextuais úteis. O processo inferencial não-demonstrativo, que parte de suposições e chega a suposições, portanto, ocorre de forma automática e inconscientemente durante a compreensão.

A TR pode contribuir para analisar interações entre pessoas não-nativas com nativas de uma determinada língua durante sua interação. O fato de não compartilharem o mesmo contexto pode levar tais falantes a falharem na comunicação e a derivarem informações incorretas e não pretendidas.

Foster-Cohen (2000) sugere que o dispositivo dedutivo desempenha um papel na expansão do conhecimento declarativo na aquisição e emprego de uma segunda língua. Na sua opinião, o conhecimento transferido da língua materna pode ser empregado como premissa em uma dedução para a outra língua. Todo aprendiz coloca-se diante do dispositivo de dedução e, de acordo com seu estilo, com a situação de aprendizado, com a situação de uso, poderá empregá-lo para melhorar sua representação da língua conforme forem seu conhecimento anterior, sua predileção e a natureza do *input*.

Em (12) pode-se ver o caso de um argentino aprendendo português já em nível avançado que, diante do pronome “tos”, nunca antes lido nem ouvido, infere seu significado a partir de sua língua.

(12) Aluno: O que significa esta palavra aqui no conto de fadas?

Professor: Que palavra? Ah, sim, pensa um pouco.

Aluno: Hum... “eu tos dou se não me enfeitiçares”

Professor: É como em espanhol corrente.

Aluno: Eu **te los** dou? Eu os dou para ti?

Professor: Exatamente.

No referente ao processo inferencial descrito por Sperber & Wilson, pode-se afirmar que aprendizes de uma segunda língua passam a acreditar em certos fatos a respeito da língua alvo baseados em diversos tipos de informação oriunda do professor, do colega, do nativo. A fixação da crença sobre tais fatos lingüísticos é afetada pela confiança nessa suposição, o que, por sua vez, afeta quaisquer novas suposições derivadas a partir da primeira suposição ou premissa.

Em (13) o mesmo aluno fica cético em relação ao que seu professor lhe diz:

(13) Aluno: No conto aparece mais adiante a frase “Se tu ma entregares, eu te farei rei”.

Professor: Certo.

Aluno: Imagino então que “ma” queira dizer **me la?** Mas tu tinhas dito que em português isso não existe.

Professor: É verdade, atualmente no português brasileiro os compostos estão em desuso.

Um aprendiz cuja interlíngua não contenha ainda alguns dos itens lexicais que deveriam ser decodificados em um dado enunciado ou cuja análise sintática não seja a de um nativo, poderá compreender uma forma lógica vaga ou incompleta. Normalmente, os aprendizes recentes - bilíngües incipientes - preferem processar itens lexicais – palavras de conteúdo – ao invés de itens funcionais, a não ser que o custo de processamento seja baixo o suficiente para lhes prestarem atenção.

Em (14) vemos o caso de um brasileiro falante de francês como interlíngua que, desconhecendo a expressão “en vouloir à quelqu’un” (querer mal a alguém), prende-se ao sentido do verbo “vouloir” (querer) e entende o enunciado exatamente ao contrário.

(14) Professor: Pendant la guerre les soldats français en voulaient aux soldats allemands.

Aluno: Comment? *Ils aimaient?*

Professor: Non, ils les haïssaient justement! En vouloir signifie haïr, détester quelqu'un.

No diálogo acima, o aprendiz, além de não ter entendido a frase do professor, emite uma forma incompleta, já que a correta seria “Ils les aimaient”. O professor compreende o sentido, embora não haja pronome de objeto direto na frase, e esclarece o significado da expressão problemática para o brasileiro.

É provável que os aprendizes necessitem de mais esforço de processamento do que os nativos, mas se orientam pela expectativa de obtenção de maiores efeitos contextuais. Assim, a informação redundante, como a repetição, pode ser altamente relevante porque promove uma maior compreensão dos enunciados na língua alvo. A informação lingüística pode fazer parte do contexto e pode ser trazida ao processo de compreensão quando for preciso ou possível. No caso dos aprendizes, a detecção de certas formas como necessárias à sua aquisição de *input* lingüístico guia-se pela relevância.

Em (15) acontece um diálogo entre os mesmos sujeitos: o professor e o aluno que fala francês como interlíngua. Diante de uma forma lingüística idêntica à que adquiriu anteriormente, mas que apresenta formato diferente na interpretação, sente-se confuso.

(15) Professor: Si vous avez faim voilà des chocolats. Vous en voulez? Prenez-en!

Aluno: Mais comment? *Je veux ou je ne veux pas?*

Professor: Tu te confonds à cause de “en vouloir”?

Aluno: **Ficou complicado, esse “en” é importante mas eu não entendi ainda.**

Como o professor é bilíngüe, consegue compreender a confusão do aluno e inferir que ele não entendeu se o pronome “en” tem carga positiva ou negativa na primeira frase que ouviu. Percebe que não esclareceu suficientemente os usos de “en”, inexistente em portu-

guês, e que, portanto, é plausível que haja confusão com a expressão que apresentou antes.

Tal como no nível das explicaturas⁸, a habilidade dos não-nativos para derivar implicaturas depende do contexto cognitivo que acessam em primeiro lugar ou do contexto que conseguem acessar, ainda que com maior esforço. Sendo o contexto cognitivo algo construído através da experiência com a linguagem e com a(s) cultura(s) onde é empregada, é possível que um falante não-nativo faça suposições diferentes e derive conclusões diversas das do nativo, mesmo que a explicatura seja idêntica para ambos.

Explicam-se, desse modo, as ocasiões em que um não-nativo faz erradamente a suposição de que uma certa proposição não está manifesta para o nativo quando, pelo contrário, está totalmente manifesta. A expressão redundante e, por isso mesmo, irrelevante, será resultado de tal equívoco. Normalmente, entretanto, os nativos podem compreender que os enunciados aparentemente irrelevantes devem-se a suposições equivocadas dos não-nativos.

No exemplo (16) o aluno argentino, falante de português como interlíngua, supõe que o professor brasileiro não terá entendido seu primeiro enunciado e o repete sob outra forma lingüística sem saber que são equivalentes. Como sabe que na sua língua materna não existe o infinitivo flexionado, supõe, erradamente, que pode empregar apenas tal forma em português. Por desconsiderar a possibilidade de substituí-lo pelo presente do Subjuntivo, acredita que o professor não o tenha compreendido devido ao mau uso desse tempo verbal.

(16) Aluno: Para que eu faça o trabalho preciso que eles *se vão* aqui.

Professor: Como?

Aluno: Para eu fazer o trabalho preciso que eles *se vão* aqui.

Professor: Sim, eu tinha entendido mas é que se diz “que eles vão embora aqui”.

Observa-se, então, que a pragmática da compreensão ente nativos e não-nativos apenas difere no referente à forma lógica gerada (no caso em que o falante de interlíngua ainda não tenha condições de gerar a mesma forma lógica do nativo) e ao contexto cognitivo (suposições contextuais) que surge durante a derivação de explicaturas e implicaturas.

Em (17) é possível ver que, no espanhol como interlíngua de A, *pipa* é produzida com o seu significado português. Contudo, em espanhol, “*pipa*” significa cachimbo. Como A é criança, fala de presentes, e B é seu professor de espanhol falante também de português, ele infere que A não está se referindo a cachimbos mas a pipas, pandorgas.

(17) B: ¿Qué te gustaría que te regalaran?

A: ¿Sabés que me encantan las... cómo se dice... *pipas*?

B: Los barriletes, querrás decir.

A: Los barriletes, sí. Con las pipas uno fuma, ¿no?

A criança, que está aprendendo espanhol, levanta uma hipótese de uso e procura confirmá-la ou negá-la a partir da informação linguística que tem à sua disposição. Dessa forma, apresenta dúvida sobre a melhor forma de dizer “pandorga” mas supõe que a palavra provável seja semelhante à forma em português.

Para Marcuschi (1991), é comum que a correção linguística esteja acompanhada de expressões que representem uma incerteza na identificação correta da perturbação comunicativa. Assim, “querrás decir”, que significa “deves estar querendo dizer”, funciona como uma checagem da interpretação. Para ter chegado a compreender o que a criança pretendeu dizer ao errar e produzir “pipas”, o professor precisou realizar um cálculo dedutivo do seguinte tipo:

(18) (a) O enunciado em espanhol não tem sentido.

(b) O falante é uma criança.

(c) “Pipas” em espanhol são “cachimbos” em português.

- (d) Crianças não fumam.
- (e) Ele não deve estar querendo dizer “cachimbos”, deve estar querendo dizer algo apropriado à sua idade.
- (f) Em português “pipa” é um brinquedo.
- (g) Brinquedos são presentes que as crianças apreciam.

A conclusão, portanto, é a seguinte:

- (h) Ele deve estar querendo dizer “pipa”, “pandorga” apoiado em sua língua materna.

A habilidade dedutiva ocorre a partir de um conjunto de suposições e deriva sistematicamente uma suposição como conclusão. No caso acima, o ouvinte B precisou lançar mão das entradas lógica, enciclopédica e lexical do conceito necessário para atingir a interpretação correta do enunciado do falante, que diz respeito a presentes interessantes para crianças.

6. A relevância na alternância de línguas

Existem três tipos de alterações de crenças ou efeitos contextuais que o processamento da informação em um contexto pode fornecer: a derivação de suposições novas como implicações contextuais, o fortalecimento de suposições antigas, e a eliminação de antigas suposições em favor de novas suposições mais fortes que as contradigam. O efeito contextual em que a informação nova *P* inscreve-se no contexto de suposições *C* (informações antigas) pode ser ilustrado com o diálogo já descrito (1):

- (1) Pedro: ¿Querés que te ayude? ¿Necesitás algo?
Maria: Mmm, no.
Pedro: ¿Estás segura? ¿No querés que te dé ideas?
Maria: **Quero trabalhar.**

Seguindo a análise de Silveira & Feltes (1997), as suposições (S) candidatas à interpretação do enunciado de Maria seriam:

(19) Caso 1:

S1: Maria tem um prazo para entregar um trabalho.

S2: Pedro conhece informações úteis para esse trabalho.

S3: Maria pode precisar dessas informações.

S4: Maria não responde na mesma língua de Pedro.

S1, S2, S3 e S4 constituem o conjunto *C* de suposições, o enunciado em português de Maria é a suposição *P* que, contextualizada em *C*, deriva a implicação contextual *I*:

(20) *I*: Maria não quer ajuda.

Se não houver *code-switching*, o diálogo será como o seguinte:

(2) Pedro: ¿Querés que te ayude? ¿Necesitás algo?

Maria: Mmm, no.

Pedro: ¿Estás segura? ¿No querés que te dé ideas?

Maria: Quiero trabajar.

(21) Caso 2:

S1': Maria tem um prazo para entregar um trabalho.

S2': Pedro conhece informações úteis para esse trabalho.

S3': Maria pode precisar dessas informações.

S4': Maria responde na mesma língua de Pedro.

Nesse caso, a contextualização de *P* em *C* deriva:

(22) *I*: Maria quer ajuda.

A informação processada através do dispositivo dedutivo, tanto a

nova - que deriva de sistemas de *input* -, como a antiga - que deriva da memória -, chega na forma de suposições de força variável, já que as conclusões herdam a força das premissas.

As fontes da força das suposições podem ser ilustradas com o diálogo (1) juntamente com o caso 1. Seria possível que Pedro tivesse percebido visualmente uma expressão de impaciência em Maria, evidência sensorial que fortaleceria a conclusão implicada (20) “Maria não quer ajuda”. Se, além disso, ela tivesse enunciado algo como “Preciso de paz”, teria fornecido um *input* lingüístico que, decodificado, fortaleceria a mesma suposição implicada.

Pedro poderia também ter fortalecido tal suposição através da ativação de conhecimentos enciclopédicos sobre Maria relativamente à sua disposição habitual a receber ajuda enquanto trabalha, por exemplo. Como última fonte de fortalecimento, aparece o processo dedutivo exemplificado com o seguinte procedimento:

(a) ativação de suposições armazenadas na memória de Pedro:

S5: Maria precisa entregar o trabalho na manhã seguinte.

S6: O trabalho é muito complicado.

S7: Ela supõe ter todas as informações de que precisa.

(b) derivação de uma suposição a partir de S5, S6 e S7:

I: Maria conseguirá terminar sozinha o trabalho.

A implicação I, então, fortalece a suposição “Maria não quer ajuda”.

O efeito contextual de eliminação da suposição mais fraca aconteceria no caso de que Maria, embora tendo inclusive alternado de língua para deixar clara sua recusa, demonstrasse que aceitaria a ajuda de Pedro, perguntando-lhe, por exemplo, algo que seria útil ao seu trabalho.

(23) Pedro: ¿Querés que te ayude? ¿Necesitás algo?

Maria: Mmm, no.

Pedro: ¿Estás segura? ¿No querés que te dé ideas?

Maria: **Quero trabalhar.**

Pedro: **Já entendi, não incomodo mais.**

Maria: ¿Me podrias explicar esto que está escrito acá?

Note-se que ela volta a falar espanhol, língua empregada por Pedro e rejeitada por ela no momento de impaciência. Assim, ocorre a eliminação da suposição inicial por conta, tanto da pergunta, como do novo *code-switching* de Maria.

A atividade mental na qual o falante está engajado também limita o tipo de contextos potenciais a partir dos quais o contexto atual pode ser escolhido em dado momento. Assim, quando um não-nativo interage com um nativo, é possível que não seja capaz de dizer se o enunciado do nativo - altamente parecido ao que acaba de produzir - serve como apoio e confirmação ou, contrariamente, como correção.

O contexto cognitivo relaciona-se intimamente à pessoa, sendo o resultado da experiência de uma vida toda processando estímulos de vários tipos. A habilidade de um não-nativo para interpretar um enunciado expresso por um nativo será afetada pela organização de sua memória e pela quantidade de esforço que for necessário para realizar o processamento.

É possível que o nativo sinta que, ao corrigir o não-nativo, possa estar tratando-o como um inferior, o que o leva a evitar corrigi-lo. A maioria dos falantes nativos talvez não pretenda firmemente corrigir os enunciados incorretos dos não-nativos, muitas vezes apresentam a forma correta sem querer insistir sobre ela e deixam a cargo do não-nativo a possibilidade de integrá-la ou não ao seu discurso. Este é um caso em que o não-nativo deve decidir, conforme for sua interpretação, se integra a forma correta ao seu discurso ou se a abandona.

Em (24) vemos o caso do não-nativo que incorpora a forma correta sem se referir à interlíngua que empregou e que foi corrigida sutilmente.

(24) Não-nativo: Voilà une *table* de fromages!

Nativo: On commande ça alors? J'aime bien ce type de plateau!
Et toi?

Não-nativo: Moi aussi, j'adore ces plateaux!

Tendo sido exposto à interlíngua do não-nativo, o ouvinte bilíngüe realiza a inferência do que seja “table”, em francês “mesa” ou “tabela”, auxiliado pelo conhecimento do português, língua em que se diz “tábua de queijos”.

Por outro lado, em (25), o não-nativo obriga-se a esclarecer o motivo da confusão, pois houve uma clara correção por parte do falante nativo de francês.

(25) Não-nativo: Voilà une *table* de fromages!

Nativo: Un plateau, tu veux dire!

Não-nativo: Oui, une *table* c'est à cause du portugais, **tu sables, tábua de queijos!**

A confusão a respeito da relevância de um enunciado como sendo *input* para a aquisição da forma correta ou como sendo pleno de significado advém do fato de que os enunciados chamam múltiplos contextos. De acordo com Sperber & Wilson, a escolha de um contexto para os processos inferenciais em geral, e para a compreensão em particular, é determinada em parte pelos conteúdos da memória do dispositivo dedutivo (por exemplo, o que acabou de ser deduzido a partir do ato de compreensão anterior), dos da memória de curto prazo e dos da memória enciclopédica, assim como pela informação que pode ser imediatamente captada pelo ambiente físico. Tais fatores não determinam um contexto simples, mas uma variedade de contextos possíveis cuja seleção ocorrerá na busca da relevância.

Foster-Cohen (2000) afirma que certos contextos conduzem mais do que outros a uma focalização na forma (salas de aula contrapostas ao mundo real) e, dentro de tais contextos, certas experiências e certos

interlocutores, certos gestos e alguns tipos de comunicação não-verbal auxiliam o aprendiz não-nativo a selecionar um contexto de interpretação baseado na forma, o que estaria orientado pela relevância.

Levando em conta a segunda cláusula da presunção de relevância ótima, onde se faz referência às habilidades e preferências do falante, é possível concluir que as habilidades de um não-nativo podem se referir tanto às de tipo lingüístico, como às de tipo pragmático. No último tipo inclui-se a capacidade de julgar corretamente as informações que o interlocutor já tem na dependência do conhecimento anterior que poderá ser ou não ser compartilhado. Do mesmo modo, as preferências podem referir-se às atitudes culturais de dar e receber informação, aos níveis de fala mais ou menos direta, à velocidade nas conversações, entre outros fatores.

Em (26) uma criança bilíngüe, dominante em português por ter tido menos tempo de exposição ao espanhol, mantém o seguinte diálogo com um falante também bilíngüe nesse mesmo par de idiomas:

(26) A: Este cuchillo no tiene *hilo*.

B: Igual quiero que tomes cuidado. Se dice filo.

Vê-se que B interpreta imediatamente o que A quer dizer: que a faca não tem fio, “filo” em espanhol. Embora “hilo” em espanhol signifique “fio de linha”, A compreende visivelmente, já que recomenda cuidado à criança. Em português emprega-se a mesma palavra tanto para o “fio de linha”, “hilo” em espanhol, quanto para o “fio da faca”, “filo” em espanhol. Como A não detém essa informação, generaliza a palavra calcando-se na experiência do português, o que o faz ser compreendido apenas porque seu ouvinte também conhece essa língua.

Com exceção dos casos específicos de *code-switching* motivados pela falta de disponibilidade de um termo da língua de base na memória permanente ou, como no caso de (26), pelo claro desconhecimento do mesmo⁹, os outros tipos de alternância de línguas durante a conversação podem alcançar relevância ótima ao produzirem um núme-

ro máximo de efeitos contextuais no ambiente cognitivo do ouvinte pelo fato de serem claramente intencionais.

Durante a conversação bilíngüe, o ouvinte apreende os significados pretendidos pelo falante ao realizar a alternância de idiomas porque considera que a informação tem a pretensão da máxima relevância. Imagina que a informação seja relevante e realiza as inferências adequadas normalmente sem demasiado esforço de processamento justamente por ter a presunção de que os efeitos contextuais alcançados são os pretendidos pelo falante bilíngüe, que se comunica com ele utilizando o *code-switching* ou a interlíngua como elemento importante.

Considerando-se novamente a segunda cláusula da presunção de relevância ótima, é possível, então, interpretar Auer (1984) quando este afirma que cada falante bilíngüe que emprega o *code-switching* demonstra uma competência - ainda que mínima - na outra língua. Ao expor seu bilingüismo, parece expor também sua preferência pessoal de falante. Parece óbvio que a preferência por uma das línguas fará com que o falante alterne mais facilmente para esse idioma, mesmo que a língua de base seja a preferida pelo ouvinte.

Em (27), B alterna para o português respeitando a escolha de A. Entretanto, seria possível um diálogo em que B não se entusiasmasse com o tópico e continuasse a falar em espanhol, sua língua preferida.

(27) A: ¿A qué hora te parece que llegan los chicos?

B: No sé, supongo que a eso de las siete. ¿Por qué?

A: Tendría que haberles preparado la torta.

B: ¿Y no te alcanza el tiempo ahora para preparársela?

A: Creo que no, tendría que haber empezado más temprano.

B: Mmm...

A: **Será que amanhã vão fazer a gincana no colégio?**

B: No te escucho.

A: **Será que vai ter festa no colégio amanhã?**

B: Espero que no, parece que va a llover.

O ouvinte bilíngüe pode se resistir a empregar o *code-switching* como uma estratégia de descontinuidade: ao não cooperar com o falante, demonstra seu desinteresse, seu descontentamento com a mudança de tópico, sua intenção de não seguir a conversa. Há casos em que ocorre uma seqüência de negociação lingüística durante a qual cada participante emprega uma só língua consistentemente de forma a tentar persuadir o outro a alternar. Normalmente, um dos falantes cede e emprega a língua do outro, o que contribui para diminuir a tensão entre eles.

Em (28) ambos os falantes são bilíngües espanhol /português. No entanto, cada um está sendo consistente, falando apenas em uma língua durante a conversação. Finalmente, B consegue persuadir A a ouvi-lo, no que tem sucesso, já que A passa a falar espanhol.

(28) A: Como é que as coisas chegaram a este ponto?

B: **¡No sé de qué me estás hablando!**

A: Como não sabes? Sabes muito bem!

B: **¡Te juro que estás equivocada, no tuve la culpa!**

A: Como é que vou acreditar nisso, me fala!

B: **¡Creeme, te lo pido, dejame explicártelo todo, vas a entender!**

A: **Bueno, está bien. ¡Explicámelo de una vez!**

O que se aplica aos efeitos também se aplica ao esforço: a primeira cláusula da relevância garante que o ouvinte não será obrigado a despendar esforço demais, enquanto que a segunda cláusula vai além ao prometer o menor esforço sempre dentro das possibilidades da competência (por exemplo, limitações de vocabulário) e da preferência do falante (por exemplo, a forma mais ou menos direta de falar).

Alguns dos fatores que determinam a quantidade de esforço de processamento requerido são o cumprimento do enunciado, a frequência do uso dos itens lexicais empregados (por exemplo, o termo “temperos” pode requerer maior esforço de processamento do que a expressão mais longa “sal e pimenta”), e, o mais importante, a acessibilidade das suposi-

ções que formam o contexto necessário para derivar os efeitos cognitivos pretendidos. Durante a conversação bilíngüe os dois elementos citados, isto é, o comprimento dos enunciados e a frequência dos itens lexicais, podem facilmente explicar a alternância de uma língua para a outra.

Observe-se o seguinte diálogo em português levado a cabo entre falantes que utilizam diariamente também o espanhol e que conhecem certas preferências lexicais mútuas.

(29) A: Parece que esfriou bastante, não achas?

B: Acho que sim, não sei se não tenho que colocar mais roupa.

A: Então veste a **campera** por cima e vem.

B: Tudo bem, já estou indo.

A palavra **campera* pronunciada em português e com o sentido de “jaqueta” apenas pode ser compreendida por alguém que compartilhe o sentido dado no espanhol do Rio da Prata, já que no dialeto do Rio Grande do Sul, “campeira” como peça de roupa designa uma variedade de botas. O falante A não poderia, contudo, estar se referindo a botas porque estas não se colocam por cima.

A ocorrência do *code-switching* intra-sentencial unitário com adaptação à língua de base deve-se ao fato de que ambos preferem esse termo ao correspondente português, por considerarem que o objeto em questão foi comprado na região do Prata e possui características peculiares, diferentes da peça de vestuário similar encontrada no Brasil. Como o falante acredita que dizer “jaqueta com tais e tais características” poderá provocar um esforço extra de processamento, a alternância de língua facilita a compreensão mais rápida.

6. O uso descritivo e interpretativo da linguagem durante a conversação bilíngüe

Sperber & Wilson vêem a comunicação verbal como algo que envolve o falante que produz o enunciado como uma interpretação públi-

ca de um de seus pensamentos e o ouvinte que constrói uma interpretação mental desse enunciado e, portanto, do pensamento original.

Para tais autores, um enunciado é uma expressão interpretativa de um pensamento do falante a partir do qual o ouvinte faz uma suposição interpretativa a respeito da intenção informativa do falante. A proximidade da interpretação em relação ao pensamento do falante será determinada de acordo com o princípio da relevância. Esse princípio permite derivar inferências não-demonstrativas ricas e precisas sobre a intenção comunicativa do comunicador, apenas é necessário que o estímulo ostensivo inicie o processo inferencial.

Qualquer representação mental, assim como as representações de formas proposicionais, pode ser usada descritiva ou interpretativamente. Quando usada descritivamente, pode ser a descrição de um estado de coisas no mundo real ou de um estado de coisas desejável. Quando usada interpretativamente, por sua vez, pode ser uma interpretação de algum pensamento ou enunciado atribuído a alguém ou pode ser a interpretação de algum pensamento que seja ou fosse desejável de alguma forma.

Assim, qualquer enunciado envolve pelo menos duas relações: primeira, entre a forma proposicional e o pensamento do falante e, segunda, uma das quatro relações possíveis entre o pensamento e o que ele representa. Daí a existência de metáforas, ironias, frases interrogativas e exclamativas, por exemplo.

Os ouvintes abordam geralmente os enunciados sem idéias pré-concebidas quanto ao seu caráter literal, aproximativo ou metafórico. Apenas antecipam uma semelhança de conteúdo entre o que é expresso pelo enunciado e o pensamento que o falante quer transmitir. Tal antecipação deriva de uma antecipação mais fundamental: a antecipação de relevância. O princípio da relevância basta para explicar como a informação contextual pode interagir com um enunciado linguisticamente subdeterminado quanto ao seu grau de literalidade, de aproximação ou de metaforicidade e, ainda assim, determinar uma interpretação completa.

A vinheta seguinte exemplifica um diálogo durante o qual um bilíngüe português/espanhol realiza *code-switching* intra-sentencial, passando do espanhol, língua de base da conversação, ao português. Inserir um termo inexistente em espanhol, embora perfeitamente plausível por estar adaptado à fonologia e à morfologia dessa língua, e consegue o efeito de comicidade.

- (30) A: ¿Qué estás haciendo?
 B: Nada, ¿por qué?
 A: Me pareció que estabas **refestelándote**.
 B: **(RISOS)** Te equivocaste...
 A: **(RISOS)** Te gustó la broma, ya veo...

O ouvinte B ri da transgressão lingüística proposital, o que indica que partiu do princípio de que A escolheu o estímulo mais relevante no momento para sugerir sua intenção. Sem o *code-switching*, o falante A não teria podido expressar de forma tão significativa o tom cômico, já que em espanhol não existe o verbo **refestelarse*.

A presunção de que o falante tentou alcançar efeitos contextuais adequados ao ter optado racionalmente pelo que acreditou ser otimamente relevante para o ouvinte foi sugerida pela alternância de idiomas.

Descreve-se a seguir exemplo contrário. O falante não obtém o efeito contextual pretendido por exigir demasiado esforço de processamento por parte do ouvinte.

- (31) B: Ella no me gusta nada.
 A: A mí tampoco.
 B: **(RISOS)** **tipo que** es tontísima.
 A: ¿Ah? ¿Cómo?
 B: Es muy tonta.
 A: Ah, me parece que sí.

Por ter deficiência no domínio do espanhol, o ouvinte A não com-

preende que, através da inserção da expressão em português com adaptação à língua de base, o intuito de B foi o de fazê-lo rir. Como desconhece a impossibilidade de tal estrutura no mesmo contexto em espanhol, não só não ri como pede esclarecimento do motivo pelo qual o falante B utiliza entonação cômica ou irônica.

O falante B renuncia ao efeito cômico que desejava provocar e expressa a mesma idéia de modo mais simples e com entonação normal. Quando o falante pretende obter uma interpretação de um pensamento com pouco esforço, deve produzir um enunciado pouco complexo lingüisticamente ou que contenha vocabulário comum em vez de empregar termos técnicos semanticamente equivalentes mas que demandem maior esforço para conseguir igual efeito contextual. Para Blakemore (1997), o esforço de processamento depende da complexidade e do comprimento do enunciado, juntamente com o tamanho e a facilidade ou dificuldade de acesso ao contexto necessário para sua interpretação.

7. Conclusão

Os efeitos de *Relevance* são impactantes porque Sperber & Wilson oferecem um novo modelo da cognição humana, segundo o qual a mente processa informação de maneira a obter o maior desenvolvimento da sua representação de mundo com o menor custo de processamento. Tanto a informação que a mente escolhe processar como a forma como o faz são determinadas pela busca da relevância.

É uma teoria, enfim, que reconhece a subdeterminação daquilo que é dito e, ainda assim, explica a habilidade de o ouvinte selecionar a única interpretação consistente com o princípio da relevância.

Suas implicações alcançam campos muito extensos como, por exemplo, as áreas da sintaxe, da interface sintaxe-semântica, das patologias da linguagem, do autismo, dos pacientes com problemas no hemisfério cerebral direito, dos usos agramaticais da linguagem, do humor, da análise do discurso, da tradução, da literatura, do discurso da mídia, da retórica,

da entonação, da argumentação, do ensino de língua estrangeira, além de análises específicas de cultura sob a perspectiva da relevância. Assim, sua aplicação a diferentes tipos de discurso comprova sua importância na pesquisa contemporânea nas áreas da linguagem e da comunicação.

A TR poderá contribuir fortemente no sentido de elucidar aspectos psicológicos e processos cognitivos envolvidos na conversação bilíngüe. Além disso, as implicações trazidas por tal modelo poderão ser extremamente interessantes na pesquisa da conversação bilíngüe *lato sensu* durante o ensino de línguas estrangeiras ou durante o processo de aquisição e de compreensão de uma segunda língua.

No presente artigo, cotejo um tipo específico de comunicação em linguagem natural, a conversação bilíngüe, aos postulados da TR de Sperber & Wilson (1986, 1995) para verificar se efetivamente tal construto pode pretender ter potencial descritivo-explanatório de diversos fatos ocorridos na comunicação humana.

Ao reinterpretar fenômenos exclusivos da conversação bilíngüe a partir do princípio da relevância, objetivo esclarecer que o modelo inferencial da comunicação humana, defendido por Sperber & Wilson, parece ser o que melhor dá conta da maneira pela qual um tipo específico de falantes e ouvintes, os que normalmente interagem em mais de um sistema lingüístico ao mesmo tempo, leva a cabo sua comunicação.

Minha análise aponta para o fato de que, durante a conversação bilíngüe, o interlocutor apreende os significados pretendidos pelo locutor ao realizar a alternância de idiomas porque considera que a informação tem a pretensão da máxima relevância.

Através da TR creio ser possível, então, explicitar com mais clareza a natureza do processo inferencial que é posto em prática pelo ouvinte bilíngüe ao detectar um *code-switching* ou um enunciado em interlíngua, durante sua conversação com um falante que compartilha suas mesmas línguas e que pretende, justamente, expressar suas intenções ao alternar de uma língua para outra.

Recebido em

8. Referências bibliográficas

- AUER, Peter. *Bilingual Conversation*. Amsterdam/ Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1984.
- _____. From code-switching via language-mixing to fused lects: Toward a dynamic typology of bilingual speech. *International Journal of Bilingualism*. v.3, n. 4, Dec.1999.
- BLAKEMORE, Diane. Linguistic constraints on pragmatics: A reassessment of linguistic semantics. *Précis of Relevance - Behavioral and Brain Sciences*, 10, 1987.
- DABÈNE, Louise; MOORE, Danièle. Bilingual speech of migrant people. In: MILROY, L.; MUYSKEN, P. *One speaker, two languages. Cross-disciplinary perspectives on code-switching*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- FOSTER-COHEN, Susan. Review Article – Relevance: Communication and Cognition. *Second Language Research*, 16,1, 2000.
- GUMPERZ, John J. Verbal strategies in multilingual communication. In: ALATIS, K.E. *Georgetown University Round Table on Languages and Linguistics*. Washington: Georgetown University Press, 1970.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Análise da conversação*. São Paulo: Editora Ática, 1991.
- MOZZILLO DE MOURA, Isabella. *Traição lingüística e lealdade cultural. A alternância de código no discurso bilíngüe*. 1997. Dissertação (Mestrado em Letras) Escola de Educação, Universidade Católica de Pelotas, Pelotas.
- PINKER, Steven. *Language Instinct*. New York: William Morrow and Company, Inc.,1994.
- SILVEIRA, Jane R.C. da; FELTES, Heloisa P. de M. *Pragmática e Cognição. A textualidade pela relevância*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.
- SPERBER, Dan; WILSON, Deirdre. *Relevance: Communication and Cognition*. Cambridge: Harvard University Press, 1986
- _____. *Relevance: Communication and Cognition. (Postface)*. Cambridge: Harvard University Press, 1995. Second edition.

WILSON, Deirdre; SPERBER, Dan. Linguistic form and relevance. *Lingua*, 90, 1993.

WILSON, Deirdre. Relevance and understanding. In: BROWN, G.; MALMKJAER, A.; POLLITT, A.; WILLIAMS, J. (eds.) *Language and Understanding*. Oxford: Oxford University Press, 1994.

Notas

1 Este artigo é parte de minha tese de doutoramento intitulada “Sobre a natureza da conversação bilíngüe: uma abordagem via Teoria da Relevância” defendida em janeiro de 2002 na PUCRS, sob a orientação do Prof. Dr. Jorge Campos da Costa.

2 Doravante TR.

3 Doravante, sempre que citar Sperber & Wilson estarei me reportando à obra *Relevance* de 1986 com o adendo do posfácio de 1995. Quando me referir a outras obras dos mesmos autores, explicitarei o ano de publicação.

4 Conforme a classificação de Auer (1999), o termo *code-switching* reserva-se para os casos em que a justaposição dos dois códigos é percebida e interpretada como um ato localmente significativo pelos participantes. Contrapõe-se, assim, ao *code-mixing*, também denominado *language mixing* (mistura de códigos ou de línguas), em que a justaposição dos códigos tem significação para os participantes em sentido mais global, sendo um padrão recorrente de comunicação.

5 Utilizarei neste trabalho tanto a expressão em inglês, consagrada na literatura internacional, quanto as expressões vernaculares “alternância de código” ou “alternância de línguas”.

6 Para fins de classificação de indivíduo bilíngüe e de alternância de código reporto-me a Dabène & Moore (1995), segundo as quais o code-switching pode ser intra-sentencial, intersentencial ou ainda entre enunciados. Assim, a inserção de apenas um item lexical de uma língua durante a produção em outra é perfeitamente considerado como alternância de código.

7 As variantes do português e do espanhol empregadas nos exemplos são a do Rio Grande do Sul e a do Rio da Prata respectivamente.

8 Toda suposição comunicada de forma não-explicita, o é implicitamente e se trata de uma *implicatura*. Estímulos ostensivos que não codifiquem formas lógicas apenas terão implicaturas. Uma *explicatura* é a combinação de traços codificados linguisticamente e de traços conceituais inferidos contextualmente. A forma lógica é a base para a construção da representação proposicional completa, que é alcançada por meio de um processo dedutivo, envolvendo informação contextual. A combinação de caracte-

rísticas conceituais contextualmente inferidas e lingüisticamente decodificadas constitui a explicatura do enunciado, que pode ser inferida do contexto, da forma proposicional do enunciado e da atitude proposicional expressa pelo falante.

- 9 A indisponibilidade na memória e o puro desconhecimento de um termo são considerados como “tração lingüística” pelo falante eqüilíngüe ou bilíngüe equilibrado, por evidenciarem falha no seu estereótipo de domínio equilibrado dos dois idiomas (Mozzillo de Moura, 1997).